

O SISTEMA CAPITALISTA

Mikhail Bakunin

Este panfleto é um excerto do ensaio O Império Knuto-Germânico e a Revolução Social, e está incluído em The Complete Works of Michael Bakunin [As Obras Completas de Mikhail Bakunin] com o título de “Fragment” [“Fragmento”]. Partes do texto foram originalmente traduzidas para o inglês por G. P. Maximoff, para sua antologia de escritos de Bakunin, e as partes faltantes foram traduzidas por Jeff Stein, a partir da edição espanhola, que tem tradução de Diego Abad de Santillán (Buenos Aires, 1926) vol. III, pp. 181-196.

* * *

Será necessário repetir aqui todos os argumentos irrefutáveis do socialismo, que até agora nenhum economista burguês conseguiu contestar? O que é a propriedade, o que é o capital em sua presente forma? Para o capitalista e para o detentor da propriedade, eles significam o poder e o direito, garantidos pelo Estado, de viver sem ter de trabalhar. E, uma vez que nem a propriedade, nem o capital produzem qualquer coisa se não forem fertilizados pelo trabalho, isso significa o poder e o direito de viver à custa da exploração do trabalho alheio, o direito de explorar o trabalho daqueles que não possuem propriedade ou capital e que, portanto, são forçados a vender sua força produtiva aos afortunados detentores de ambos. Note que eu não levei em consideração a seguinte questão: de que forma a propriedade e o capital foram cair nas mãos de seus atuais detentores? Essa é uma questão que, quando analisada a partir do ponto de vista da história, da lógica e da justiça, não pode ser respondida de qualquer outra forma senão como uma acusação contra os atuais proprietários. Vou deter-me aqui, então, à afirmação de que os detentores da propriedade e os capitalistas, não vivendo de seu próprio trabalho produtivo, mas da obtenção do aluguel de terras, casas, lucros sobre seu capital, da especulação sobre a terra, prédios e capitais, ou pela exploração comercial e industrial do trabalho manual do proletariado, vivem todos à custa do proletariado. (Especulação e exploração, sem dúvida, constituem também uma forma de trabalho, mas, em geral, tratam-se apenas de trabalho não produtivo).

Eu não tenho dúvidas de que este modo de vida esteja altamente difundido em todos os países civilizados, de que ele seja expressa e fragilmente protegido por todos os Estados e que os Estados, religiões e todas as leis jurídicas, tanto criminais quanto civis, e todos os governos políticos, monarquias e repúblicas – com seus imensos aparatos judiciais e policiais e seus exércitos permanentes – não têm outra missão senão a de consagrar e proteger tais práticas. Na presença dessas autoridades poderosas e respeitáveis, eu não posso sequer permitir-me questionar se esse modo de vida é legítimo do ponto de vista da justiça, liberdade, igualdade e fraternidade humanas. Eu simplesmente me pergunto: sob tais condições, serão possíveis a fraternidade e a igualdade entre o explorador e o explorado, serão a justiça e a liberdade possíveis para o explorado?

Suponhamos ainda que, como tem sido sustentado pelos economistas burgueses, e junto com eles todos os advogados, todos os veneradores e fiéis ao direito jurídico, todos os sacerdotes dos códigos civil e criminal – suponhamos que essa relação econômica entre o explorador e o explorado seja legítima como um todo, que essa seja a consequência inevitável, o produto de

uma eterna e indestrutível lei social e, ainda, que seja verdade que essa exploração sempre impedirá a fraternidade e a igualdade. É evidente que isso impede a igualdade econômica. Suponha que eu seja seu empregado e que você seja meu empregador. Se eu ofereço-lhe meu trabalho pelo menor preço, se eu permito que você viva do meu trabalho, isso certamente não se deve à minha devoção ou amor fraternal por você. E nenhum economista burguês atrever-se-ia dizer o contrário, não importando o quanto seu pensamento torne-se idílico e crédulo quando se trata de afeições recíprocas e relações mútuas que deveriam existir entre empregadores e empregados. Não, eu o faço porque minha família e eu morreríamos de fome se eu não trabalhasse para um empregador. Portanto, sou forçado a vender a você meu trabalho, pelo menor preço possível, e sou forçado a fazê-lo sob a ameaça da fome.

Porém, – os economistas nos dizem – os detentores de propriedades, os capitalistas e os empregadores são forçados, da mesma forma, a buscar e a comprar o trabalho do proletariado. Sim, é verdade, eles são forçados a fazê-lo, mas não na mesma medida. Se houvesse igualdade entre aqueles que oferecem seu trabalho e aqueles que o compram, entre a necessidade de vender o trabalho de alguém e a necessidade de comprá-lo, a escravidão e a pobreza do proletariado não existiriam. Mas então não existiriam nem capitalistas, nem detentores de propriedades, nem proletariado, nem ricos, nem pobres: existiriam apenas trabalhadores. E é justamente porque essa igualdade não existe que nós temos e somos obrigados a ter exploradores.

Essa igualdade não existe porque, em uma sociedade moderna em que a riqueza é produzida pela intervenção que se faz sobre o capital que paga o salário do trabalhador, o crescimento da população excede o crescimento da produção, o que resulta em uma oferta de trabalho que, necessariamente, ultrapassa a demanda, e que leva a uma queda relativa dos salários. Assim, a produção constituída, monopolizada, explorada pelo capital burguês, é direcionada, nesse sentido, para a competição mútua entre os capitalistas, de modo a concentrá-la ainda mais nas mãos de um número cada vez menor de poderosos capitalistas, ou em conglomerados de empresas, que, tendo posse de seu capital consolidado, são mais poderosas que os maiores capitalistas tomados isoladamente (e os pequenos e médios capitalistas, não tendo a capacidade de produzir pelo mesmo preço que os grandes capitalistas, naturalmente sucumbem nessa batalha mortal). Por outro lado, todas as empresas são forçadas, pela mesma competição, a venderem seus produtos pelo menor preço possível. Esse monopólio capitalista só consegue chegar a esse duplo resultado transferindo um crescente número de pequenos ou médios capitalistas, especuladores, comerciantes ou industriais do mundo dos exploradores para o mundo do proletariado explorado e, ao mesmo tempo, extorquindo, dos salários do proletariado, quantidades de capital cada vez maiores.

Por outro lado, com o crescimento da massa proletária, como resultado do aumento geral da população – que, como sabemos, nem a pobreza pode deter –, e com a crescente proletarização de pequenos burgueses, ex-proprietários, capitalistas, comerciantes e industriais – crescendo, como eu disse, a uma taxa muito mais rápida do que as capacidades produtivas de uma economia que é explorada pelo capital burguês – essa crescente massa proletária está submetida a uma condição pela qual os trabalhadores são forçados a uma desastrosa competição entre si.

Uma vez que não possuem qualquer outro meio de existência além do seu próprio trabalho manual, eles são levados, por medo de se verem substituídos por outros, a venderem-no pelo menor preço. Essa tendência dos trabalhadores, ou mesmo essa necessidade a que são condenados por sua própria pobreza, combinada com a tendência dos empregadores de venderem os produtos de seus trabalhadores, e conseqüentemente comprarem seu trabalho pelo menor preço, constantemente reproduz e consolida a pobreza do proletariado. Uma vez que se encontra em estado de pobreza, o trabalhador é forçado a vender seu trabalho por quase nada e, por vender este produto por quase nada, ele afunda em uma miséria cada vez maior.

Sim, miséria ainda maior, de fato! Porque neste trabalho servil, a força produtiva dos trabalhadores, maltratados, rudemente explorados, excessivamente enfraquecidos e subnutridos, esgota-se rapidamente. E, uma vez esgotada, qual pode ser seu valor no mercado? De que valerá essa única mercadoria que ele possui e cuja venda diária ele tem como meio de vida? Nada! E então? Então, nada resta ao trabalhador, exceto a morte.

Qual, em um dado país, é o menor salário possível? É o preço daquilo que é considerado, pelos proletários, como absolutamente necessário para manter uma pessoa viva. Todos os economistas burgueses concordam nesse ponto. Turgot, que se considerava o “ministro virtuoso” de Luis XVI, e que realmente era um homem honesto, disse:

“O simples trabalhador, que nada possui além de suas mãos, nada tem a vender além de seu trabalho. Ele o vende mais ou menos caro; mas seu preço, seja alto ou baixo, não depende apenas dele: depende do acordo com quem quer que vá pagar pelo seu trabalho. O empregador paga o mínimo possível; quando pode escolher entre um grande número de trabalhadores, o empregador escolhe aquele que trabalha pelo menor salário. Os trabalhadores são, então, forçados a abaixarem seus preços, em competição uns contra os outros. Em todos os tipos de trabalho, segue-se que o salário dos trabalhadores fica limitado àquilo que é essencial à sua sobrevivência.” (Reflexions sur la formation et la distribution des richesses [Reflexões sobre a formação e a distribuição das riquezas]).

J. B. Say, o verdadeiro pai da economia burguesa na França, também afirma:

“Os salários são bem mais altos quando existe maior demanda por trabalho e menos oferta do mesmo, e são mais baixos quando há maior oferta de trabalho e menor demanda. É a relação entre oferta e demanda que regulamenta o preço dessa mercadoria chamada trabalho operário, assim como são regulamentados todos os outros serviços públicos. Quando os salários vão um pouco acima daquilo que as famílias dos trabalhadores necessitam para manter-se, seus filhos multiplicam-se, e logo se desenvolve uma maior oferta, em proporção à maior demanda. Quando, ao contrário, a demanda por trabalhadores é menor do que a quantidade de pessoas que oferecem seu trabalho, seus ganhos caem e voltam ao preço necessário à classe para que se mantenha em mesmo número. As famílias com mais filhos desaparecem; daí em diante a oferta de trabalho cai, e com menos trabalho sendo oferecido, o preço sobe... Dessa forma, torna-se difícil que os salários dos trabalhadores subam ou caiam além do preço necessário para que a classe (os trabalhadores, o proletariado) mantenha-se no número necessário.” (Cours complet d' economie politique [Curso completo de economia política]).”

Após citar Turgot e J. B. Say, Proudhon clama:

“O preço, comparado ao valor (na economia social real) é algo essencialmente móvel, conseqüentemente, essencialmente variável, e que, em suas variações, não é mais regulamentado que por cooperação, cooperação que, não nos esqueçamos, como Turgot e Say concordam, causa o efeito necessário de não acrescentar aos salários dos trabalhadores além do estritamente necessário para prevenir mortes por fome, e manter a classe no número necessário.”[1]

O preço atual das necessidades primárias constitui o nível constante que os salários dos trabalhadores nunca podem ultrapassar por muito tempo, muito embora eles freqüentemente caiam abaixo desse mesmo nível, o que constantemente resulta em inanição, doenças e mortes, até que um número suficiente de trabalhadores desapareça, de modo a igualar novamente a oferta e a demanda de trabalho. O que os economistas chamam de oferta e demanda iguais não constitui uma igualdade real entre aqueles que põem seu trabalho à venda e aqueles que o compram. Suponha que eu, um fabricante, precise de 100 trabalhadores e que exatamente 100 trabalhadores apresentem-se no mercado – apenas 100, já que se mais do que isso viesse, a oferta excederia a demanda, resultando em queda nos salários. Mas, uma vez que apenas 100 apareceram e, uma vez que eu, o fabricante, preciso exclusivamente desse número – nem mais, nem menos –, pareceria a princípio que a igualdade estaria estabelecida; que sendo a oferta e a demanda iguais em número, elas deveriam da mesma forma ser iguais em outros aspectos. Poderiam os trabalhadores exigir de mim um salário e condições de trabalho que lhes assegurem uma vida realmente livre, digna e humana? De jeito algum! Se eu lhes concedo tais condições e tais salários, eu, o capitalista, conseqüentemente, não ganharei mais do que eles. Mas, então, por que eu deveria importunar-me e arruinar-me por oferecer a eles os lucros do meu capital? Se eu quiser trabalhar como os trabalhadores, investirei meu capital em alguma outra coisa, que me dê um retorno maior, e venderei meu trabalho a algum capitalista, exatamente como os meus trabalhadores o fazem.

Se, lucrando com a poderosa iniciativa que meu capital permitiu-me, eu pedisse àqueles 100 trabalhadores que fertilizassem meu capital com seu trabalho, não seria devido à minha compaixão por seu sofrimento, nem devido ao meu espírito de justiça, nem ao meu amor pela humanidade. Os capitalistas não são, de forma alguma, filantropos; eles estariam arruinados caso se dedicassem à filantropia. Isso porque eu espero extrair, do trabalho dos trabalhadores, lucro suficiente para poder viver com conforto, até mesmo ser rico, e ao mesmo tempo aumentar meu capital – e tudo isso sem ter de trabalhar. É óbvio que eu também trabalharei, mas meu trabalho será diferente, e serei remunerado com um valor bem maior do que o dos trabalhadores. Não será o trabalho produtivo, e sim o de administração e exploração.

Porém, o trabalho administrativo não é também um trabalho produtivo? Não há dúvidas que sim, pois sem uma administração competente e inteligente, o trabalho manual nada produzirá, ou produzirá pouco, e produzirá muito mal. Mas, do ponto de vista da justiça e da necessidade de produção em si, não é preciso, de forma alguma, que esse trabalho fique monopolizado em minhas mãos, nem, acima de tudo, que eu seja recompensado com um valor tão mais alto que

o do trabalho manual. As associações cooperativas já comprovaram que os trabalhadores são totalmente capazes de administrar indústrias, que isso pode ser feito por trabalhadores, eleitos entre eles mesmos, e recebendo o mesmo salário que os outros. Portanto, se eu concentro o poder administrativo em minhas mãos, não seria porque os lucros da produção dependem disso, mas para atender a meus próprios interesses, o interesse de exploração. Como o único chefe do meu estabelecimento, eu ganho, por meu trabalho, dez ou vinte vezes mais do que meus empregados, além do despeitoso fato de que meu trabalho é incomparavelmente menos doloroso que o deles.

Mas o capitalista, o dono do negócio, corre riscos, dizem eles, enquanto o trabalhador não corre risco algum. Isso não é verdade, pois do ponto de vista do trabalhador, eles próprios é que têm todas as desvantagens. O proprietário pode conduzir seus negócios de maneira infeliz, pode ficar sem nada em uma má negociação, ou ser vítima de uma crise comercial, ou de uma catástrofe não prevista; em uma palavra, ele pode arruinar a si próprio. Isso é verdade. Mas arruinar-se significaria para o burguês cair para o mesmo grau de miséria daqueles que morrem de fome, ou ser obrigado a viver no mesmo nível que os trabalhadores comuns? Isso acontece tão raramente, que poderíamos muito bem dizer “nunca”. Afinal de contas, é raro que os capitalistas não retenham algo, apesar da aparência de empobrecimento. Hoje em dia, todos os casos de falência são, em maior ou menor medida, fraudulentos. Mas, se absolutamente nada é salvo, há sempre as relações familiares e sociais que, com a ajuda dos conhecimentos em negócios passados de pai para filho, permitem-lhes os postos mais altos de trabalho, na administração; ser um funcionário do Estado, ser um executivo em um negócio comercial ou industrial, terminar, embora dependente, com um rendimento superior àqueles que pagavam aos seus antigos trabalhadores.

Os riscos para o trabalhador são infinitamente maiores. Afinal, se o estabelecimento em que está empregado falir, ele ficará durante vários dias e, às vezes, durante várias semanas, sem trabalho. E isso, para ele, é mais do que se arruinar, é a morte; porque, todos os dias, ele come o que ganha. As economias dos trabalhadores são contos de fadas inventados por economistas burgueses para embalar seu frágil sentimento de justiça, o remorso despertado, por acaso, no âmago de sua classe. Esse mito ridículo e odioso nunca amenizará a angústia do trabalhador. Ele conhece o preço para satisfazer as necessidades diárias de sua numerosa família. Se ele tivesse economias, não deixaria seus pobres filhos, desde os seis anos, debilitarem-se, crescerem fracos, serem assassinados física e moralmente nas fábricas, onde são forçados a trabalhar noite e dia, com jornadas entre doze e quatorze horas de trabalho.

Se o trabalhador consegue, algumas vezes, agregar pequenas economias, elas são rapidamente consumidas nos inevitáveis períodos de desemprego, que constantemente interrompem de forma abrupta seu trabalho, assim como pelos acidentes e doenças imprevistas que recaem sobre sua família. Os acidentes e doenças que podem atacá-lo repentinamente constituem um risco que, se comparado aos riscos para o empregador, faz com que estes não signifiquem nada: pois, para o trabalhador, uma doença que o debilita pode destruir sua habilidade produtiva, sua força de trabalho. Acima de tudo, uma doença prolongada é a mais temível falência, uma falência que significa, para ele e para seus filhos, fome e morte.

Eu sei plenamente, sob tais circunstâncias, que, se eu fosse um capitalista – que precisasse de 100 trabalhadores para fertilizar meu capital –, empregando tais trabalhadores, eu teria todas as vantagens, e eles, todas as desvantagens. Minha proposta seria nada mais, nada menos do que explorá-los, e se você desejar que eu seja sincero, e prometer proteger-me, eu dir-lhe-ei:

“Vejam, minhas crianças, eu tenho um pouco de capital, que por si só nada pode produzir, porque algo morto nada pode produzir. Nada tenho de produtivo sem o trabalho. Assim sendo, não posso lucrar consumindo-o improdutivamente, uma vez que, consumindo-o, eu nada mais teria. Porém, graças às instituições sociais e políticas que nos governam e que estão todas a meu favor, na atual economia meu capital também deve ser um produtor: ele me traz lucro. De quem esse lucro deve ser tirado – e deve ser de alguém, uma vez que, na realidade, ele não produz absolutamente nada por si mesmo –, não interessa a você. É o bastante, para você, saber que ele gera lucro. Sozinho, este lucro não é suficiente para cobrir meus gastos. Eu não sou um homem simples como você. Não posso estar, nem quero estar, contente com pouco. Eu quero viver, morar em uma bela casa, comer e beber bem, andar de carruagem, ter boa aparência, resumindo, ter todas as coisas boas da vida. Eu também quero dar uma boa educação aos meus filhos, torná-los cavalheiros, e mandá-los estudar fora, e no fim das contas, tendo recebido muito mais educação que você, que eles possam dominá-lo algum dia, assim como eu o domino hoje. E já que a educação por si só não é suficiente, quero deixar para eles uma grande herança, para que, dividindo-a entre eles, permaneçam quase tão ricos quanto eu. Conseqüentemente, além de todas as coisas boas da vida que eu quero para mim mesmo, eu ainda quero aumentar meu capital. Como atingirei meu objetivo? Munido desse capital, eu proponho explorá-lo, e proponho que você me permita explorá-lo. Você trabalhará e eu recolherei, apropriar-me-ei e venderei, em meu próprio benefício, o produto do seu trabalho, repassando a você nada mais do que uma parte, que seja absolutamente necessária para que você não morra de fome hoje e, no fim do dia de amanhã, ainda trabalhe para mim sob as mesmas condições; e, quando você estiver exausto, irei jogá-lo fora e substituí-lo por outros. Fique sabendo, pagarei a você um salário tão pequeno, e irei impor a você uma jornada tão longa, sob condições de trabalho tão severas, tão despóticas, tão cruéis quanto possível; não é por maldade – não é por sentir ódio de você, nem por querer fazer algum mal a você –, mas pelo amor ao bem-estar e ao enriquecimento rápido; porque quanto menos eu te pagar e quanto mais você trabalhar, mais eu ganharei.”

Isto é o que diz, implicitamente, todo capitalista, todo industrial, todo proprietário de um negócio, todo empregador que requer a força de trabalho dos trabalhadores que contrata.

Mas, uma vez que a oferta e a demanda igualem-se, por que os trabalhadores aceitam as condições impostas pelo empregador? Se o capitalista satisfaz a necessidade de empregar trabalhadores tanto quanto os 100 trabalhadores satisfazem a de serem empregados por ele, então os dois lados não chegam a posições iguais? Não se encontram ambos, no mercado, como dois mercadores iguais – pelo menos do ponto de vista jurídico – um oferecendo a mercadoria chamada pagamento diário, em troca do trabalho diário do trabalhador na base de tantas horas por dia; e o outro oferecendo seu próprio trabalho como sua mercadoria a ser trocada pelo salário oferecido pelo capitalista? Uma vez que, conforme supomos, a demanda é de 100 trabalhadores e a oferta é, da mesma forma, de 100 pessoas, pode parecer que ambos os lados estão em igual posição.

É claro que nada disso é verdade. O que atrai o capitalista para o mercado? É a vontade de enriquecer, aumentar seu capital, satisfazer suas ambições e vaidades sociais, poder entregar-se a todos os prazeres concebíveis. E o que traz o trabalhador para o mercado? A fome, a necessidade de comer hoje e amanhã. Assim, enquanto o capitalista e o trabalhador são iguais pelo ponto de vista jurídico, eles são qualquer coisa, menos iguais, pelo ponto de vista da situação econômica, que é a situação real. O capitalista, quando vem ao mercado, não está ameaçado pela fome; ele bem sabe que, se não encontrar hoje os trabalhadores que procura, ainda tem o que comer por um bom tempo, devido ao capital que, felizmente, ele tem. Se os trabalhadores que ele encontra no mercado representam para ele um excesso de demanda, já que, longe de aumentarem seu bem-estar e melhorarem ainda mais sua posição econômica, essas propostas e condições poderiam, eu não diria igualar, mas aproximar um pouco a posição econômica dos trabalhadores à dele – o que ele faz, nesse caso? Ele encerra as propostas e espera. Afinal de contas, ele não foi motivado por uma necessidade urgente, mas por um desejo de melhorar sua posição, que, comparada à dos trabalhadores, já é perfeitamente confortável e, portanto, ele pode esperar. E ele esperará, pois sua experiência com negócios ensinou-lhe que a resistência dos trabalhadores, que não possuem nem capital, nem conforto, nem quaisquer economias de que se lembrem, é coagida por uma necessidade cruel, pela fome; que essa resistência não poderá durar muito, e que finalmente ele poderá encontrar os 100 trabalhadores que ele procura – pois eles serão forçados a aceitar as condições que ele achar mais rentáveis para lhes impor. Se eles recusarem, virão outros, bem felizes, aceitar tais condições. É assim que as coisas são feitas diariamente, com o conhecimento e sob o olhar de todos.

Se, como consequência das circunstâncias particulares que constantemente influenciam o mercado, o ramo industrial em que ele planejou, a princípio, investir seu capital não oferecer todas as vantagens que ele esperava, então ele transferirá seu capital para alguma outra área; assim, o capitalista burguês não está preso por natureza a qualquer tipo específico de indústria, mas, ao contrário, tende a investir (como chamam os economistas – explorar é o que nós diríamos) indiscriminadamente em todos os ramos industriais possíveis. Por fim, suponhamos que, por alguma inaptidão ou azar, ele decida não investir em nenhum tipo de indústria. Ele adquirirá ações e anuidades; se os lucros e os dividendos parecerem insuficientes, ele então assumirá alguma profissão ou, como diríamos, venderá seu trabalho durante um tempo, mas em condições muito mais lucrativas do que havia oferecido aos seus trabalhadores.

O capitalista entra para o mercado com uma posição, senão de um agente absolutamente livre, ao menos infinitamente mais livre do que o trabalhador. O que acontece no mercado é o encontro entre uma iniciativa para o lucro e outra para a fome, entre o senhor e o escravo. Juridicamente, são ambos iguais; mas, economicamente, o trabalhador é um servo do capitalista, mesmo antes que se conclua o negócio pelo qual o trabalhador vende sua pessoa e sua liberdade por um devido tempo. O trabalhador está na posição de servo porque esta terrível ameaça de fome, que diariamente paira sobre ele e sua família, o forçará a aceitar quaisquer condições impostas pelos cálculos proveitosos do capitalista, do industrial, do empregador.

E, uma vez que o contrato tenha sido negociado, a servidão do trabalhador dobrará; ou em melhores termos, antes que o contrato tenha sido negociado, estimulado pela fome, ele será um servo em potencial; depois de o contrato ser negociado, ele torna-se um servo de fato. Pois, que mercadoria ele vende a seu empregador? São seu trabalho, seus trabalhos particulares, as forças produtivas de seu corpo, sua mente e sua alma, que estão nele e são inseparáveis de sua pessoa – são portanto ele próprio. Daí em diante, o empregador o vigiará, direta ou indiretamente por meio de supervisores; todos os dias, sob horas de trabalho e sobre condições controladas, o empregador será o detentor de suas ações e seus passos. Quando ouve: “Faça isso”, o trabalhador é obrigado a fazê-lo; ou se ouve: “Vá para lá”, ele deve ir. Não é isso o que chamamos de servo?

O sr. Karl Marx, o ilustre líder do comunismo alemão, observou devidamente, em seu grande trabalho *Das Kapital*[2], que se o contrato feito livremente entre os fornecedores de dinheiro – em forma de salários – e os fornecedores de seu próprio trabalho – ou seja, entre o empregador e os trabalhadores – fosse finalizado não apenas com um termo definitivo e limitado, mas com a vida de uma pessoa, ele constituiria a verdadeira escravidão. Finalizado com apenas um termo, e reservando ao trabalhador o direito de livrar-se de seu empregador, o contrato constituiria um tipo de servidão transitória e voluntária. Sim, transitória e voluntária do ponto de vista jurídico, mas de modo algum pelo ponto de vista de uma possibilidade econômica. O trabalhador sempre tem o direito de deixar seu empregador, mas será que ele tem recursos para tanto? E, se ele o abandona, será para levar uma vida livre, para qual ele não terá qualquer senhor senão si mesmo? Não, ele o faz para vender-se a outro empregador. Ele é levado a isso pela mesma fome que o forçou a vender-se para o primeiro empregador. Assim, a liberdade do trabalhador, tão exaltada pelos economistas, juristas e republicanos burgueses, é apenas uma liberdade teórica, sem quaisquer meios de realizar-se, e, conseqüentemente, é apenas uma liberdade fictícia, uma absoluta mentira. A verdade é que toda a vida do trabalhador é simplesmente uma sucessão contínua e horrível de períodos de servidão – voluntária do ponto de vista jurídico, mas compulsória pela lógica econômica – interrompida por momentâneos e breves intervalos de liberdade acompanhados de fome; em outras palavras, é a verdadeira escravidão.

Essa escravidão manifesta-se diariamente, de várias formas. Fora o tormento e as condições opressivas do contrato que transforma o trabalhador em um subordinado, um servo passivo e obediente, e o empregador em um senhor quase absoluto – tirando tudo isso, sabe-se bem que raramente há uma indústria cujo proprietário, estimulado, por um lado, pelo instinto de uma implacável cobiça por lucros e poder absoluto e, por outro lado, lucrando com a dependência econômica do trabalhador, não deixa de lado os termos estipulados no contrato e coloca algumas concessões adicionais a seu próprio favor. Agora, ele demandará mais horas de trabalho, ou seja, além e acima do que foi estipulado no contrato; agora, ele irá cortar salários sob algum pretexto; agora, ele irá impor multas arbitrárias, ou irá tratar seus trabalhadores de forma rígida, rude e insolente.

Mas, pode-se dizer, nesse caso, que o trabalhador pode demitir-se. É mais fácil falar do que fazer. Às vezes, o trabalhador recebe parte do seu salário como adiantamento, ou sua esposa ou seus filhos podem adoecer, ou talvez seu trabalho seja miseravelmente pago por essa indústria. Outros empregadores podem pagar ainda menos que seu próprio empregador, e

depois de abandonar seu emprego, ele talvez nem esteja em condições de encontrar outro. E, para ele e sua família, ficar sem emprego significa morte. Além disso, há um consenso entre todos os empregadores, e todos eles se parecem. Todos são, quase igualmente, irritantes, injustos e grosseiros.

Isso é calúnia? Não, isso está na natureza das coisas, e nas necessidades lógicas da relação que existe entre empregadores e empregados.

Notas:

[1] Não tendo em mãos os trabalhos mencionados, eu recolhi as citações de *La Histoire de la Revolution de 1848*, de Louis Blanc. O Sr. Blanc continua, com estas palavras: “Bem fomos alertados. Agora sabemos, sem qualquer dúvida, que de acordo com todas as doutrinas da velha política econômica, os salários não podem ter qualquer outra base senão o ajuste entre oferta e demanda, embora o resultado seja que a remuneração do trabalho seja reduzida ao estritamente necessário para que não se morra de fome. Muito bem, e não repitamos mais do que as palavras ditas inadvertida e sinceramente por Adam Smith, o cabeça dessa escola: é um pequeno consolo para indivíduos que não têm quaisquer meios de vida senão seu trabalho.”

[2] *Das Kapital, Kritik der politischen Oekonomie*, de Karl Marx; Erster Band. Este trabalho necessita de tradução para o francês, já que nada que eu conheça tem uma análise tão profunda, tão iluminada, tão científica, tão decisiva, e, se eu puder assim chamá-la, tão impiedosa em expor a formação do capital burguês e a exploração sistemática e cruel que o capital continua a exercer sobre o trabalho do proletariado. A única falha desse trabalho... de cunho positivista, baseado em um estudo profundo de trabalhos em economia, sem admitir qualquer lógica que não seja a lógica dos fatos – a única falha, digamos, é que foi escrito, em parte, mas apenas em parte, em estilo excessivamente metafísico e abstrato... [o] que o torna difícil de ser explicado e quase inacessível à maioria dos trabalhadores e, no entanto, são principalmente os trabalhadores que devem lê-lo. Os burgueses nunca o lerão ou, se o lerem, nunca desejarão compreendê-lo, e se o compreenderem, nunca dirão nada sobre ele; sendo esse trabalho nada mais do que uma sentença de morte, motivada cientificamente e expressa de forma irrevogável, não contra eles enquanto indivíduos, mas contra sua classe.

Tradução: Thaís Ribeiro Bueno

Revisões: Felipe Corrêa e Victor Calejon

Fonte: Maximoff, G. P. *The Political Philosophy of Bakunin*. NY: The Free Press, 1953.

Versões on-line em inglês: [Anarchist Archives](#) e [marxists.org](#)

CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Fábio López López

Existem várias formas de analisar o capitalismo neste início de século XXI, mas vamos tentar fazê-lo do ponto de vista da “Teoria do Poder” para então desembocarmos na própria análise econômica.

Do ponto de vista da “Teoria do Poder”, podemos afirmar que o capital hoje é a relação social que impôs sua ordem em todo o globo. É óbvio que vemos outras formas de produção e distribuição arcaicas que convivem e até foram reinventadas por conta de crises geradas pelo próprio movimento do capital – a produção agrícola com mão-de-obra escrava, que acontece no Brasil é um exemplo. Isso pouco importa. Apesar de não serem formas típicas de produção capitalista, essas relações econômicas arcaicas estão submetidas, integradas e, na verdade, se perpetuam em paralelo à forma de produção capitalista porque o sistema tira proveito disso. Saindo da esfera econômica e partindo para todas as outras áreas de análise social, vemos que todo o globo – exceto uma ou outra tribo com pouco contato com o mundo globalizado – se submete à ordem imposta pelo sistema capitalista. Senão, vejamos, todas as necessidades primárias humanas nas sociedades contemporâneas só podem ser satisfeitas via acesso ao mercado, onde as empresas capitalistas detêm o monopólio da produção. Hoje dependemos das empresas capitalistas para produzir energia (elétrica, gasolina, álcool, gás...), vestuário, alimentos, habitação, água, produtos de limpeza e educação. E o pior, dependemos de empresas capitalistas para podermos pôr nossa força social em ação, tudo porque o capital monopoliza os meios de produção. Mesmo a terra, meio de produção básico e natural é de propriedade do capital. Não se enganem com relação ao componente psicológico deste último item, pois todo ser humano é dotado de capacidade de realização e força social para realizar, entre outras coisas, a produção necessária a seu sustento. Contudo, se os seres humanos se vêem tolhidos de pôr em prática tais potencialidades, dependendo da concessão do capital, para ter acesso aos meios de produção e assim poder colocar sua força social em ação construtiva, este ser humano tolhido experimenta na práxis uma sensação de frustração, de fracasso, de impotência e até inutilidade. Vejam, não se trata de querer ter um emprego, mas de uma subjetiva necessidade que todos temos de realizar, mas esta realização só é possível diante da concessão do outro. Sendo assim, todos nós nascemos, de alguma forma, escravizados, pois não temos opção de realizar e, pior ainda, de sobreviver, sem nos submeter ao que o capital exige para que possamos ter acesso meios de produção e ao mercado – onde podemos retirar os produtos básicos para nossa sobrevivência. Trata-se de uma armadilha onde a ordem capitalista nos submete a um código de conduta formal e rígido para que possamos ter a oportunidade de ser dominados por ele, dizendo de outra forma, conseguindo uma colocação no mercado de trabalho.

Estar dominado pelo capital (ou seja, empregado recebendo os comandos de um patrão) pode ser, de fato, melhor que simplesmente ser ordenado pelo sistema capitalista (o ordenado vive na sociedade capitalista, mas não recebe comando direto para suas ações, nesta situação se inserem os desempregados), uma vez que o comandado pelo menos recebe uma espécie de compensação (o salário) por colocar sua força social sob comando do capitalista. Aquele que simplesmente está ordenado pelo capital, não recebe qualquer compensação, mas nem por

isso deixa de estar submetido a uma forte disciplina exigida pela ordem social imposta pelo capital se quiser ser absorvido pelo domínio do capital – fora da perspectiva teórica, simplesmente conseguir um emprego. Para conseguir ser dominado, o agente social tem que concorrer com outros agentes e provar que sua força social é maior que dos outros agentes, e que por isso será mais vantajoso ao capital absorver sua força ao invés da força do outro agente. Essa disciplina da ordem exige que o agente tenha saúde (o que é indissociável da pouca idade), muito conhecimento, se expresse bem, se comporte bem dentro e fora do ambiente de trabalho – por isso, ex-detentos não têm oportunidades no mercado de trabalho; para esses são reservadas outras formas de domínio e ordem. Enganam-se aqueles que pensam estarem livres da disciplina imposta pelo sistema, simplesmente por não estarem dominadas – empregados. Todo agente social “maduro” e “responsável” que pretende se sustentar (ou seja, ter acesso ao mercado para consumir aquilo que necessário para sua subsistência) tem de se submeter a uma rígida disciplina de estudo, de convenções sociais, de filas de emprego...

Mas não pensem que a luta para ter acesso aos meios para realização (obtidos através de um emprego) é a única forma de sistema conseguir manter sua ordem. Outras instituições como a família, a Igreja, o Estado, os clubes e as associações são dominadores complementares que têm importantíssimo papel na manutenção da ordem do capital. Vejam, todas essas instituições detêm poder e domínio, cada qual adaptado aos seus objetivos, mas todas essas instituições são formadas por agentes sociais, que dependem dos mesmos itens para sobreviver que qualquer outro agente. Ou seja, uma Igreja precisa de tijolos e concreto para abrigar seus fiéis, uma família precisa de água, o Estado precisa de energia elétrica para que suas repartições possam funcionar. Todos são dependentes da produção e da distribuição do capital, sendo assim, estão submetidos ao poder. Por isso, a ordem é capitalista e não “Igrejista”, porque são das relações concretas que o capital impõe que todos dependem. Algo que os anarquistas propuseram por muito tempo, tentar fazer uma produção alternativa, é algo que só sobrevive se for feito integrado ao sistema capitalista. Uma vez que, uma produção precisará ser escoada, a comunidade não conseguirá produzir todos os itens necessários para sua manutenção e, assim, será necessário ir ao mercado dominado pelo capital para sobreviver. Para ter alguma chance de “trocar”, esta produção terá de ter a produtividade e o custo médio socialmente determinado pela forma de produção capitalista e isso só é possível se você reproduzir a forma de produção capitalista.

Interessante notar a situação degradante de todo o ser humano, que têm de concorrer (lutar) para ser dominado, ou seja, alienar sua força de trabalho ao capital – o que significa alienação – mas essa aparente contradição se responde com dependência gerada pela propriedade privada dos meios de produção que o capital detém. Queremos dizer, melhor colocar sua capacidade de realização para realizar algo, que realizar nada, melhor ter uma esmola compensatória (salário) que não poder ter acesso ao consumo – que significa fome, doença e morte. Invariavelmente, os agentes sociais acabam sendo dominados pelo capital, se põem em atividade, mas não realizam o que querem e como querem, o que resulta quase sempre em uma frustração íntima, contudo o agente social cria mecanismos compensatórios como o conforto de ser uma pessoa socialmente respeitada, que não deve nada a ninguém e, fundamentalmente, que pode consumir.[1] O consumo é válvula de escape para nossa

frustrada capacidade de realização, pois se não produzimos aquilo que gostaríamos, podemos comprar.

É desse ponto que podemos partir para fazermos uma análise, sob o prisma da “Teoria do Poder”, sobre o momento atual do sistema capitalista. Se os agentes sociais se sentem frustrados com o que produzem (ou pela forma que produzem, por estarem alienados / alijados das tomas de decisão), ou pior, simplesmente por não conseguirem produzir pelo acesso aos meios de produção lhes ser negado pelos proprietários. E ao mesmo tempo, esses agentes não podem ir ao mercado para consumir (por falta de renda) aquilo que lhes garantiria a compensação psicológica e os meios para subsistir, o sistema capitalista produz uma insatisfação difícil de ser controlada, ou seja, sua ordem encontra resistências para se reproduzir. Que tipos de resistências são essas: indisciplina[2], criminalidade, exclusão, deterioração dos padrões morais, habitacionais[3], de higiene[4], alimentação[5] e de educação[6]. Para conter esses tipos de resistências inconscientes à ordem capitalista, o sistema reforça todo tipo de acessório complementar para reprimir e colocar individualmente os agentes de volta a padrões de conduta aceitáveis pela ordem do capital. O Estado e seu poder para reprimir e de redistribuir renda é o mecanismo mais fácil para ser utilizado, mas a escola, a família e as iniciativas da sociedade civil também podem ser postas em ação. Para exemplificar, acreditamos que possamos atribuir a esse processo perverso de frustração causada pelo sistema capitalista todo o caos urbano de violência, discriminação, pobreza, corrupção, velhacaria e repressão. Os apelos da sociedade civil por mais repressão, pelo recrudescimento de penas e por políticas assistencialistas também fazem parte da lógica de criar acessórios complementares de controle e repressão.

Essas dificuldades para manter a ordem capitalista sempre existiram, pois são inerentes à lógica do sistema, mas atualmente é visível o agravamento da situação. Não queremos dizer com isso que a relação social “capital” esteja em crise, pois o capital nunca se acumulou e concentrou tão rápido como no atual momento histórico (o mercado financeiro é exemplo disso), mas é exatamente por isso que o capital contraditoriamente gera problemas para a manutenção de sua ordem para toda a sociedade. Mas como, da perspectiva da “Teoria do Poder”, se explica tamanha contradição, a saber: a relação social capital continua acúmulo de recursos, ou melhor, de força social comandável [7] e ao mesmo tempo percebe-se maiores dificuldade para a manutenção da ordem capitalista – o que significa desordem em sua sociedade.

A explicação não é simples, mas visível. A força social hegemônica, o capital, procurando maior eficiência e menores custos[8] para reproduzir continuar a acumular forças, tenta sistematicamente reduzir os quadros dominados de suas organizações. Queremos dizer com isso, que as empresas capitalistas tentam acumular forças, mas contraditoriamente prescindem mais e mais de força social dominada sob seu comando – ou simplesmente, desemprega. A força social do capital é cada vez mais composta de coisas do que pessoas. Ou seja, os instrumentos de ampliação da força social estão sendo substituídos, do número dominado de pessoas, pela maior organização, disciplina interna e pela posse (ou propriedade) das coisas – coisas socialmente necessárias para a produção. Como sabemos, muitas coisas podem aumentar a força social de um agente, mas somente o domínio pode multiplicar essa força. Sendo assim, o capital se acumula, aumenta sua força rapidamente, mas dialeticamente

cria e alimenta um exército (sem organização, disperso e sem clareza de seus objetivos) de agentes sociais que não está sob seu domínio, apesar de ainda estar submetido à ordem capitalista.

A solução para esse dilema sempre foi óbvia, colocar o Estado para estabelecer políticas públicas de emprego e renda. No século passado, a necessidade de acessórios complementares para a manutenção da ordem capitalista fez do Estado um empregador e distribuidor de benefícios sociais – como educação, saúde e precedência social. Porém isso tem um custo social, custo esse com o qual o capital, apressado em se acumular, não que arcar. Afinal, todo esse problema foi gerado exatamente pelo capital querer diminuir o custo da manutenção de sua força. Empurrando esse custo para o Estado, o capital divide com toda a sociedade esse custo, pois todos têm de arcar com as contas das políticas públicas. Portanto, temos atualmente uma tendência do aumento da carga tributária no mundo.

Tudo parece estar solucionado com o crescimento da máquina Estado e, conseqüentemente, seu poder. O poder do Estado organiza e disciplina a massa de agentes sociais não aproveitados pelo capital, dando emprego e benefícios sociais. Mas o capital não quer ver o poder do Estado crescer indefinidamente – nem mesmo em nome de manter a ordem do capital. O capital limita, com seu poder, o crescimento do Estado e impõe a toda sociedade mais um desafio em prol de sua expansão. Para assegurar e diminuir os riscos da forma que o capital se acumula mais rápido, a saber, o capital financeiro[9], o capital, através de seus ideólogos, elaborou políticas que se convencionou chamar de “neoliberalias”. No fundo, as políticas neoliberais pregam o Estado mínimo, onde os governos estão impedidos de financiar políticas públicas através de déficits orçamentários. Muito bem, se o Estado não pode entrar em déficit, ele tem que arrecadar mais para implementar as políticas necessárias para manter a ordem. Como os capitalistas não querem pagar a conta, sobra para o cidadão comum, que já vem sofrendo achatamentos salariais constantes por parte dos empregadores que tentam diminuir seus custos. Com salários achatados e com aumento da carga tributária, a renda diminui e isso, sim, pode atrapalhar o ciclo de expansão do capital. Para os que não perceberam, fomos obrigados a entrar na análise econômica da questão. Para o ciclo do capital se realizar, o capitalista tem de vender sua mercadoria – para obter mais dinheiro que o investido inicialmente. Fazer e estocar não reproduz o capital. Bom, com renda menor, o capital não encontra demanda, sem demanda a produção fica encalhada. Pronto, temos aí a causa das sucessivas recessões em que os países da América Latina se encontram.[10]

Muito bem, o poderoso capital transnacional encontrou sua solução, pelo menos temporariamente, procurar a demanda em todo o globo. Ou seja, se a renda e demanda de uma nação deixou de ser suficiente para a realização e expansão de determinada organização capitalista, procuramos vender em todo o mundo. Isso é a globalização e a explicação para a criação dos grandes blocos econômicos.[11] Essa política tem surtido os efeitos desejados, o capital transnacional não tem encontrado grandes problemas para sua expansão. No entanto, como o capital é fracionado, existem capitalistas menores, que estão sendo expostos por uma competição incompatível com sua força e acabam sendo eliminados. Ou seja, o capital como um todo se expande, mas para isso ele destrói parcelas menos eficientes (ou menos fortes), ou melhor, com maiores custos de produção. Bom, maiores custos de produção, porque normalmente empregam mais gente. Com a eliminação destas empresas menos eficientes,

mais agentes sociais se vêem sem renda, o que aumenta as responsabilidades dos Estados nacionais.

Diante desse quadro recessivo, o Estado no neoliberalismo se vê duplamente cerceado, por um lado, não pode ter déficit[12], de outro, não deve aumentar a carga tributária para não agravar o quadro recessivo que pode gerar mais desemprego. Pronto, temos aí os porquês da ordem capitalista estar tendo mais problemas para se manter. Se por um lado, o capital tem cada vez, menos dominados em seus quadros, o Estado também tem de seguir a mesma lógica e eliminar quadros – ou seja, dominados. Além disso, o Estado tem cada vez menos recursos para implementar políticas públicas de renda, que poderiam possibilitar aos agentes o acesso ao mercado para consumir. Em suma, o capitalismo está levando ao limite seu modelo, criando uma massa amorfa (crescente) de agentes sociais que estão submetidos à ordem do sistema muito mais devido aos acessórios complementares de controle e repressão (mantidos pelo Estado) que a força natural do capital. Mas como o Estado tem suas ações limitadas por questões econômicas, a ordem capitalista se mantém usando outras válvulas de escape como convocar a sociedade civil para se solidarizar com os miseráveis e com o mero aumento da repressão. Como esse jogo tem de somar zero, e essas políticas voluntárias não têm força para compensar o buraco deixado pela atuação do capital e do Estado, o resultado é a mera deterioração das condições de vida da população.

Sob a perspectiva do poder, essa massa amorfa de agentes sociais vem sendo, na verdade, um estorvo para a manutenção da ordem do capital. Sem saber, esses agentes (de forma inconsciente e desarticulada) acabam sendo componente de desordem e insegurança. Sem querer, constituem uma resistência à expansão do capital, uma vez que tiram a famosa “tranqüilidade” para o capital investir. O que vem a ser isso? Em sociedades com tamanha tensão social (muitos desempregados, por exemplo) os capitalistas temem investir, pois não têm certeza se a ordem será mantida até que o capital tenha o retorno de seus investimentos. Investir em países assim, onde a insegurança com relação à manutenção da ordem é grande, tem um custo, logo os investimentos diretos nessas sociedades só são feitos se o retorno for alto e rápido. Os tomadores de decisão sabem dos riscos e da possibilidade dessa massa amorfa conseguir se articular e fazer frete à força do capital – o que obviamente acarretará em prejuízos.

Dentro de nossa lógica, podemos dizer que a força social do capital cresce com relação à força dos demais agentes da sociedade. É com esta concentração de poder desproporcional, ou seja, essa força acumulada (materializada no dinheiro que o capital abre mão quando é estritamente necessário) que o capital impõe a toda a sociedade sua ordem – dando cada vez menos em troca. Contudo, o contingente dos agentes excluídos pelo sistema é cada vez maior, e no que pese não ter grande força social dentro da lógica e ordem vigente, este contingente tem uma força social nada desprezível, porém dispersa e de difícil articulação. É exatamente, por isso, que a força social do capital cresce em relação à força dos demais agentes, pois o capital sempre acumula suas forças aperfeiçoando sua organização interna, já essa massa excluída não tem qualquer articulação e por isso é fraca! Se não fosse assim, a força do capital já teria se rendido à maior força social dos outros agentes. A história, sob a perspectiva do

poder, não é diferente, simplesmente porque não pode ser. Aqui, quem tem força e sabe articulá-la se impõe, quem não sabe se submete – mesmo sob as condições mais degradantes. Se for possível articular a força dos agentes que não compõem o capital e mais os trabalhadores, o sistema não se sustenta por muito tempo (os capitalistas sabem e temem isso), mas até este momento histórico isso não foi possível – seja porque motivo for.

Mas porque as massas de trabalhadores junto aos agentes excluídos não juntam forças para fazer frente à força do capital. Primeiro, quem está empregado se sente confortável e conformado com tal situação e sempre acha que vai dar um jeito para sobreviver. Segundo, quem está desempregado sempre acha que poderá arrumar uma colocação, resolvendo seu problema individualmente. Terceiro, é possível recriar formas arcaicas de produção e distribuição que sobrevivem dentro da ordem capitalista, e que muitas vezes o sistema tira proveito – é o caso da prostituição, por exemplo. Quarto, como os agentes não têm uma perspectiva da classe, têm-se a impressão de ter de lutar contra o sistema sozinho. Quinto, todos dependemos da produção e distribuição feitas por empresas capitalistas para sobreviver. Por fim, nascemos enredados nas relações capitalistas, que nos parecem naturais e imutáveis; lutar contra isso, ou simplesmente questionar, parece loucura de alguns lunáticos.

Esse é o quadro do capitalismo contemporâneo, com seus pontos fortes, fragilidades e desafios. Mas de qualquer forma, a eliminação sistemática de postos de trabalho destrói a base sobre a qual o capital estruturou suas forças e se impôs. Nos parece complicado imaginar que a ordem capitalista se mantenha por muito tempo, se continuar a abrir mão de dominar agentes sociais e ao mesmo tempo sem assumir os custos de manutenção da ordem. Em contrapartida, podemos imaginar que existe ainda boa margem até que este modelo se esgote, pois os agentes que o capital não quer em seus quadros e que não recebem assistência social, estão simplesmente eliminados, logo não é um contingente a ser considerado, e que muito menos confronta com o poder do capital – pois no fundo seu desejo é se integrar e não derrubar o poder do capital. Como temos, agora, uma sociedade globalizada, existem muitos mercados para serem esgotados pelo capital. E a solução para este contingente de excluídos não perturbar a ordem social passa ser a repressão policial, que age com mais violência, eliminando cotidianamente vidas que são um estorvo para o sistema.

Notas:

1. É claro que estamos falando de forma genérica, pois existem pessoas que realmente se realizam trabalhando dentro do sistema. Por exemplo, os Beatles que ganharam a vida fazendo música, não me parecem ser pessoas frustradas. Assim como eles, existem agentes que se realizam integralmente, mas, de modo geral, para a maior parte da população, essa realização não passa da satisfação de estar colocando sua força social em atividade. Mas se a frustração for total com relação à atividade, pelo menos resta a compensação de consumir.

2. Não querer estudar.

3. Favelas.

4. Moradores de rua.

5. Mendigos.
6. A cultura HIP HOP pode ser um exemplo.
7. Em nosso sistema, através do dinheiro, que é a forma de expressar a quantidade de força social comandável pelo capital.
8. Dar menos compensações pelo domínio, ou seja, menos salário.
9. Onde o movimento do capital financeiro é $D-D'$, ou seja, dinheiro que gera mais dinheiro. Eliminando o termo intermediário M (mercadoria), do movimento de acumulo do capital – $D-M-D'$.
10. Solução para a falta de demanda interna é famosa, voltar sua produção para atender a demanda externa, ou seja, exportar. Mais uma vez, os países da América Latina têm seu desenvolvimento dependente do mercado internacional.
11. A criação da ALCA segue exatamente essa lógica, a procura de novos mercados para as empresas transnacionais com matriz na América do norte.
12. De preferência deve ter superávit primário para poder pagar os juros de seu endividamento ao mercado financeiro.

O Estado: Alienação e Natureza

Por Michael Bakunin

O Estado, como já disse, é, pelo seu próprio princípio: um imenso cemitério onde vêm sacrificar-se, morrer enterrar-se todas as manifestações da vida individual e local, todos os interesses parciais de cujo conjunto deriva a sociedade. É o altar onde a liberdade real e o bem-estar dos povos são imolados à grandeza política e quanto mais esta imolação é completa, tanto mais o Estado é perfeito. Há a convicção de que o Estado cem por cento por excelência, sem retórica, se frases, e, por isso, o mais perfeito Estado da Europa, é o Império Russo. Todos os Estados onde os povos podem ainda respirar são, do ponto de vista de ideal do Estado, incompletos, como são todas as Igrejas em comparação com a Igreja Católica. O Estado é uma abstração devoradora da vida popular, disse já eu; mas para que uma abstração possa nascer, desenvolver-se e continuar a existir no mundo real, é preciso que haja um "corpo" coletivo real que esteja interessado na sua existência. Este, não pode ser constituído pelas massas populares, dado que são elas exatamente suas vítimas; tal corpo deverá ser constituído, isto sim, por pessoas privilegiadas, o corpo sacerdotal do Estado, a classe que possui e governa que é, no Estado, o que são os sacerdotes e os padres da religião na Igreja.

Com efeito, que vemos em toda a história? O Estado foi sempre patrimônio de qualquer classe privilegiada: classe sacerdotal, nobiliárquica, classe burguesa - classe burocrática finalmente - quando todas as outras se esgotaram a si próprias como classes privilegiadas. O Estado, ergue-se ou cai, quase como uma máquina, mas o fundamental é que, para sua salvação e existência, haja sempre qualquer classe social privilegiada que se interesse pela existência e é precisamente o interesse desta classe privilegiada que se costuma chamar de "patriotismo".

É evidente, que todos os interesses pessoais e "pretendidos" do conjunto social que o Estado está "encarregado" de representar não são, na verdade, mais do que a negação, geral e permanente, dos reais interesses positivos das regiões, das comunas, das associações que, por serem grandes conjuntos humanos subordinados ao Estado, lhe conferem a categoria abstrata na aparência fictícia da justiça, dado que o Estado é de fato, um gigantesco cemitério onde, à sombra e tomando como pretexto justamente esta abstração, todas as melhores aspirações e todas as forças vivas dos países são imoladas e enxovalhadas. E, como as abstrações não existem nem nelas próprias nem para outrem, mas apenas e só para elas, visto que não tem nem mãos para criar, nem pés para caminhar, nem estômago para digerir esta massa de vítimas que vêm junto dela para se fazerem devorar, é claro que, do mesmo modo que a abstração religiosa e celestial de Deus representa, na realidade, os interesses muito positivos e reais do clero que é também o complemento terrestre de Deus, do mesmo modo também a abstração política do Estado representa os interesses não menos positivos e reais da burguesia que é agora a principal, se não a única classe exploradora... A propriedade do Estado é a miséria da nação real, do povo; a grandeza e o poderio do Estado resultam da escravidão do povo. O povo é, de resto, o inimigo natural e legítimo do estado; e como ele se submete, o que aliás acontece muitas vezes, às autoridades, todo o "poder" se lhe torna odioso. O Estado não é Pátria: é a abstração, a ficção metafísica, jurídica, mística e política da Pátria. As massas populares de todos os países amam, profundamente, a sua pátria, mas este amor é natural, real. O patriotismo do povo não é uma idéia mas um fato; o patriotismo político, o amor ao

Estado, não é a expressão concreta e adequada deste fato, mas a sua expressão desnaturada por intermédio de uma abstração da qual é de desconfiar e sempre em proveito de uma minoria exploradora.

A Pátria, a nacionalidade como individualidade é um fato natural e nacional, fisiológico e histórico simultaneamente e, por isso, não é um princípio abstrato e idealizado; não se pode chamar um princípio humano senão àquilo que é universal e, portanto, comum a todos os homens, mas, neste caso, a nacionalidade separa-os: a pátria não é portanto um princípio. O que é princípio é sim, por outro lado, o respeito que cada um deve ter pelos naturais, reais ou sociais; ora a nacionalidade, é um destes fatos, por ser individualidade e nós devemos respeitá-la. Violá-la é criminoso e, para falar a linguagem de Mazzini, ela torna-se um princípio sagrado de cada vez que é violada ou ameaçada e é por isto que me sinto, francamente e sempre, o patriota entre os patriotas oprimidos. A Pátria representa o direito incontestável e sagrado de todos os homens, de todo o grupo humano, associações, comunas, regiões, nações, etc., de sentir, pensar, de querer e de agir à sua maneira e esta maneira é, sempre, o resultado incontestável de um longo desenvolvimento histórico. Inclina-mo-nos, assim, perante a tradição e perante a história, ou melhor dizendo, reconhecêmo-las, não porque as entendamos como sendo bandeiras abstratas, metafisicamente erguidas e suportadas jurídica e politicamente por sábios e intérpretes do passado, mas apenas e somente porque elas passaram de fato, para a carne e para o sangue, nos pensamentos e nas vontades reais, das atuais populações.

Que é portanto o estado? É, respondem-nos os metafísicos e doutores em direito, a coisa pública; os interesses, o bem coletivo e o direito de toda a gente, opostos, jurídica e politicamente, à ação dissolvente dos interesses e das paixões egoístas de cada um. É a justiça e a realização da moral e da virtude sobre a terra e, por conseqüência, não há ato mais sublime nem maior dever para os indivíduos do que devotarem-se, sacrificarem-se e mesmo morrer pelo triunfo e poderio de Estado. Eis em poucas palavras a Teologia do estado. Vejamos agora se esta Teologia política, do mesmo modo que a religiosa, não esconde, sob as suas belas e muito políticas aparências, muito comuns e muito "lamacentas" paixões e interesses. Vimos atrás o que chamamos de teologia política do Estado. Analisamos primeiramente a própria ideia de Estado tal como ela é apresentada por seus teóricos e defensores. É o sacrifício da liberdade natural e dos interesses de cada um, quer dos indivíduos quer ainda das unidades coletivas comparativamente pequenas (comunas, associações e províncias) aos interesses e à libertação de toda a gente, à propriedade do grande conjunto de toda a sociedade. Mas esta "toda a gente" e este "grande conjunto" o que são na realidade? É a aglomeração de todos os indivíduos e de todas as coletividades mais restritas que a compõe. Mas desde o instante em que, para formar esse "grande conjunto" e para coordenar aí os interesses individuais e locais, para os sacrificar, então, desde este instante, de que se trata? Já não é o conjunto vivo que ao deixar "respirar" cada um à sua vontade, e se torna, por essa via, mais fecundo, mais livre e poderoso quanto mais se desenvolvem no seu seio a plena liberdade e prosperidade de cada um; já não é a sociedade humana natural, que confirma e aumenta a vida de cada um pela vida de todos, é, pelo contrário, a imolação de cada indivíduo como de todas as formas associativas locais, à abstração destrutiva da sociedade viva, a limitação ou, para melhor dizer, a completa negação da vida e dos direitos de todas as partes que constituem esse "toda a gente" para que se realize o apregoado bem de todo o mundo; isso é o Estado, é o altar da religião política sobre a qual é imolada, sempre, a sociedade natural...

O Estado é o irmão mais novo da Igreja. Não podemos encontrar outra razão, para a sua existência como abstração, do que partir da ideia metafísica ou teológica. Sendo pela sua própria natureza oposto a justiça humana, devemos buscar-lhe a sua "justificação" na ficção metafísica ou teológica da justiça divina. O mundo antigo ignorava, por completo, o conceito de nação ou de sociedade e o mundo moderno foi sujeitado e absorvido pelo Estado e, cada Estado, passou a fazer derivar a sua origem e o seu direito especial a existência e à dominação, de um qualquer Deus ou de um qualquer sistema de deuses que fosse o seu protetor exclusivo. No mundo antigo, o homem, enquanto indivíduo, era desconhecido; a verdadeira idéia de humanidade era desconhecida. Não havia mais do que cidadãos e, é por isto, que nesta civilização escravagista a escravatura era um fenómeno natural e a base necessária ao gozo pleno da cidadania. Quando o cristianismo destruiu o politeísmo e proclamou o Deus único, os Estados tiveram que recorrer aos santos do paraíso cristão e cada Estado católico teve um ou vários santos como patrono que deveriam ser os seus defensores e intercessores junto ao senhor, que, nesta ocasião, devia ter-se encontrado, sem dúvida perante um situação embaraçosa. Por outro lado, cada Estado tem ainda necessidade de declarar que o Senhor, o protege muito particularmente. A metafísica e a ciência política que só aparentemente repousam sobre a metafísica, mas na realidade obre os interesses das classes possuidoras, querem igualmente dar à existência do Estado uma base racional. Elas recomeça a ficção de um acordo ou um contrato geral do povo pretensamente representado pelo Estado. Segundo os democratas jacobinos, o Estado tem por tarefa tornar possível o triunfo dos interesses gerais e coletivos de todos os cidadãos sobre os interesses egoístas e divergentes dos indivíduos, das comunas e das regiões. O Estado é a justiça universal e a razão coletiva que se exercem sobre o egoísmo e a estupidez dos indivíduos. É a afirmação da ausência de valor e da razão em cada indivíduo em nome da sabedoria e da virtude de todos. É a negação efetiva ou o que é a mesma coisa, a infinita limitação de todas as liberdades particulares, individuais e coletivas, em nome da liberdade do "todo" da liberdade coletiva em geral - que, na realidade, não é mais do que uma abstração humilhante, deduzida da negação ou da limitação dos direitos dos diferentes indivíduos e baseada sobre a efetiva e real escravatura de cada um.

Sendo que cada abstração não pode existir senão na medida em que se apoia nos interesses positivos de um ser real, a abstração do Estado representa de fato os interesses positivos das classes possuidoras, dominantes e exploradoras e que se dizem "cultas" e cuja realidade se funda na imolação, em seu próprio proveito, dos interesses e da liberdade das massas reduzidas à escravidão. Não há diferença fundamental entre o partido radical dos republicanos e o partido doutrinário moderado dos liberais constitucionais, todos têm a mesma origem e não diferem em seu "temperamento". Ambos colocam na base da organização social o Estado e a lei familiar, com a lei da "herança" e da propriedade privada que daí resulta, isto é, o direito da minoria possuidora explorar o trabalho da maioria privada da propriedade. A diferença entre os dois partidos consiste em que, os liberais doutrinários querem concentrar todos os direitos políticos exclusivamente nas mãos da minoria exploradora, ao passo que os liberais radicais querem tornar extensivos estes direitos às massas exploradas do povo. Os liberais doutrinários consideram o Estado como uma fortaleza criada essencialmente para assegurar a uma minoria privilegiada a posse, exclusiva dos direitos políticos e econômicos, enquanto os radicais, ao contrário, apoiam a existência do Estado perante o povo para afirmar que ele é o seu defensor contra o despotismo desta mesma minoria. É preciso admitir que a

cópia e a experiência histórica estão do lado dos liberais doutrinários, por tanto tempo quanto dura a situação histórica em que o povo, pelo seu trabalho admira, mantenha e enriqueça os grupos privilegiados..

Numa população, do povo, dizia, porque é incapaz de se governar por si próprio, de trabalhar não para si próprio, mas para outros, será invariavelmente governado pelas classes exploradoras. Nada podemos aí remediar, nem mesmo pelo mis democrática das constituições, dado que, porque o fato econômico é mais forte que os direitos, que não podem ter o sentido e uma realidade senão na medida em que repousam sobre fatos econômicos. E no fim das contas a igualdade dos direitos políticos ou um Estado democrático constituem em si, a contradição mais flagrante no seus próprios termos. Quem diz Estado ou direito político, diz força, autoridade, predominância: isto supõe a desigualdade de fato; quando todos governarem ninguém "é" governado e não existe, portanto Estado. Quando todos gozam, igualmente, dos mesmos direitos humanos, qualquer direito político perde a razão de sua existência. O direito político significa privilégio e desde que sejam todos privilegiados, o privilégio evapora-se e com ele o direito político. É por isso que as palavras Estado democrático e igualdade de direitos políticos, nada significam a não ser a destruição do Estado e de todos os direitos políticos.

UMA ANÁLISE LIBERTÁRIA DO PAPEL DO ESTADO E DA LUTA POR DIREITOS NO CAPITALISMO NEOLIBERAL

Bruno Lima Rocha

Vamos começar esta análise da suposta “crise do capitalismo” sem ancorar os conceitos em uma avalanche de números. Afinal, detrás do volume imenso de recursos que se roubou – e sim, a palavra certa é ROUBAR – existe um sistema de idéias operando sobre um conjunto de regras informais e formais. Qualquer trabalhador que encara oito horas por dia de batente, mais uma hora de ida e outra de volta do local de labuta, iria se escandalizar com a base moral do capital, e em especial do capital financeiro. Todo pensamento de esquerda concorda que existe uma apropriação da força de trabalho. O sistema salarial é isso em essência. Esta idéia atravessa a história das lutas classistas, e nisto estamos de acordo todos, tanto os reformistas clássicos, as variações de marxismo economicista, os marxistas heterodoxos e o conjunto das correntes e propostas anarquistas.

O que a maioria das outras ideologias de esquerda não entende, ou não concorda com nosso ponto de vista, é quanto ao papel do Estado no neoliberalismo. Sim, temos acordo que o ente estatal existe como um reflexo de uma conformação de classes dominantes somada com elites dirigentes. Mas, na etapa chamada de neoliberal, iniciada com a ditadura de Pinochet no Chile (1973), com a vitória eleitoral de Margareth Thatcher na Inglaterra (1979) e de Ronald Reagan nos EUA (1980), o papel do Estado mudou. Hoje já não existe sociedade ocidental sem a luta e a defesa de direitos. O direito está acima da lei e é fruto de conquistas da luta dos povos. Em qualquer sociedade que não seja socialista libertária, teremos de nos organizar para garantir e avançar nos direitos através da luta. Sua regulamentação legal é consequência da correlação de forças da classe oprimida e do povo em luta. A luta por direitos expandiu a idéia de democracia, ultrapassando os limites da democracia burguesa e de mercado.

Hoje o Poder Político está muito além de um comitê de garantia dos privilégios das classes dominantes. Infelizmente dizemos isso, porque no Estado mínimo do liberalismo do século XIX e até a década de 1930, “a questão social era um caso de polícia”. O reflexo dessa opressão das massas trabalhadoras, sem ter quase direito algum mesmo vivendo “em democracia” levou a uma escalada de luta de classes nunca antes vista na história do ocidente. Após a Crise de 1929 e a 2ª Guerra Mundial, houve uma nova concertação das economias capitalistas. Não podemos nos esquecer que havia organização de classe, intencionalidade de ruptura e uma série de países que viviam sob o Capitalismo de Estado (Bloco Soviético, China e suas dissidências). Na América Latina, pensar em revolução social era algo visível. A bipolaridade (Guerra Fria), as lutas sociais no capitalismo de Pós-Guerra e o risco de revolução nos países do sul da Europa, obrigam o pacto de garantia de direitos aos “cidadãos” do ocidente.

O neoliberalismo é, em suma, a derrota destes direitos mínimos. A justificativa é uma crença absurda em conceitos fantasiosos como “autoregulação dos agentes econômicos”, “liberdade de empreender sem limite”, “expansão das potencialidades individuais” e uma “acumulação de riquezas materiais e imateriais sem fim”. Onde estava a riqueza acumulada no Ocidente capitalista? Não havia país algum vivendo de forma socialista e libertária, portanto, não havia economia sem a intervenção estatista. A crença dos chamados desenvolvimentistas, dos defensores do Estado de Bem-estar social – pacto de classes que contou com o apoio dos

socialistas reformistas e de todos os partidos comunistas de linha soviética – era na regulação social através do Estado. A crença da esquerda não-revolucionária era a composição de forças mediante a ocupação de cargos e vagas no poder político burguês para incidir sobre esta regulação. Hoje nos encontramos em grande parte nesta posição defensiva porque temos de defender os direitos do povo, conquistados durante o período do pós-guerra até a década de 1980.

A reação dentro do capitalismo triunfa primeiro com a vitória dos economistas formados por Milton Friedman na Universidade de Chicago (por isso eram chamados de “chicago boys”) aliados aos militares golpistas de Pinochet e com o apoio direto da CIA e do Departamento de Estado, somado às interferências de transnacionais como a AT & T. Enquanto se torturava no Estádio Nacional e desapareciam com militantes em tumbas clandestinas aos pés da Cordilheira dos Andes, os alunos de Friedman, conhecidos no Chile como “piranhas devoradoras”, elevavam o desemprego, destruíam o sistema de seguridade social e acabavam com o poder de compra dos salários. Tudo isso se deu ocupando postos-chave no Estado burguês sob ditadura. Ou seja, ocupando o Poder Político para garantir um sistema de crenças. Pelo rigor da “economia” como sistema de trocas, serviços e planejamento, o método neoliberal é inviável.

O neoliberalismo leva ao caos social, o que não significa revolução social. Este é outro conceito que os economicistas não entendem porque seu sistema de idéias não permite. Nenhum sistema de dominação se auto-destrói e nem governo algum cai de podre. Um sistema tem de ser destruído e substituído por outro. Um governo se derruba, modificando o direito de mando e as instituições para exercer este direito. É por isso que não existe crise capitalista, porque o capitalismo gera suas crises e a cada crise que gera, ao invés de auto destruir-se, sai ainda mais fortalecido. É por isso que é impossível pensar em revolução social através do Estado Capitalista. Porque este ente, por mais complexo que seja, por mais que garanta alguns interesses públicos, é instrumento de dominação e não pode ser reconvertido. Para assegurar os direitos das maiorias e modificar o campo das relações econômicas é necessário um Poder Político que emane do povo, o Poder Popular. Para exercer este poder de forma que amplie a democracia ao seu limite, garantindo que as decisões estratégicas de uma sociedade passem por amplo debate e deliberação universal, é preciso criar regras e instituições sociais de participação popular. Não há democracia centralista assim como não houve gestão operária na antiga União Soviética se a classe vivia sob regime de produção fordista.

Novembro de 2008